



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

A narrativa do medo nos estudos de segurança pública no Brasil¹

The narratives of fear on security public studies in Brazil

Gabriela Schneider

Palavras-chave: Brasil; Narrativas do medo; Segurança Pública.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, desenvolvido anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), apresenta um panorama amplo acerca da violência e da criminalidade no Brasil. Nos últimos dois anos os dados levantados demonstram que houve um aumento exponencial de crimes como os patrimoniais, de racismo, violência contra a mulher e de gênero, violência contra crianças e adolescentes e uma redução dos índices relacionados às taxas de mortes violentas intencionais. Contudo, mesmo com a redução de mortes violentas, o país ainda vive uma situação de violência extrema, sendo que 77,9% das vítimas são negras e 50% são jovens entre 12 e 29 anos (FBSP, 2022). Os números mostram que o modelo de segurança pública nacional é ineficaz, além de seletivo, no combate à violência e a criminalidade. No debate amplo sobre a segurança pública é que as narrativas produzidas pela mídia sobre a temática assumem especial relevância.

Neste ponto, ao pensarmos na TV aberta, e mais especificamente nos telejornais, é cada vez mais comum coberturas noticiosas se debruçarem sobre acontecimentos

¹ Trabalho apresentado ao V Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS.



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

relacionais as temáticas da criminalidade e da violência. Na contemporaneidade, no entanto, é praticamente ignorado pelos noticiários brasileiros o complexo contexto que envolve o tema. São raras as coberturas jornalísticas que apresentam a temática da segurança pública a partir de um viés político, social e econômico do país, ou de uma região e/ou município, e que levam em consideração as desigualdades de classe e social, o racismo estrutural, a seletividade penal, a estrutura machista e misógina da sociedade e outros tantos problemas que envolvem o assunto. Pelo contrário, as coberturas noticiosas amparam-se em narrativas que tendem a explorar o medo e a sensação de insegurança da população. Vaz et al (2012) nos mostram que a presença das narrativas do medo nestas coberturas jornalísticas é predominante atualmente, mas nem sempre foi assim.

Por exemplo, os editoriais dos anos 1980, como os publicados por O Globo, buscavam enfrentar as mazelas do sistema de justiça criminal, tentando compreender a necessidade de ressocialização de pessoas privadas de liberdade; debatiam reformas do sistema carcerário, e assim por diante. Quer dizer, a audiência era induzida a ajudar os criminosos, sofredores e vítimas de um sistema injusto. Outros pontos interessantes nas coberturas jornalísticas dessa época - e que os autores destacam - são que nas notícias de crimes não havia muitas informações sobre a vítima (quem ela era, onde morava) e pouco se explorava sobre a possibilidade de a audiência poder lamentar ou não a morte de alguém. (VAZ et al, 2012)

A preocupação das narrativas da época era com a política de piedade (VAZ et al, 2006; 2012), na qual a audiência era construída como os felizes, mas de alguma forma responsáveis pelo sofrimento do sofredor que estava sendo exposto. Em outras palavras, amparados por Hanna Arendt (1965) e Luc Boltanski (1999), Vaz et al (2006, p. 4) explicam que na política de piedade colocava-se “frente a frente, mas à distância, um



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

observador e um sofredor desconhecido e, assim, implicitamente, distribuía os homens entre felizes e infelizes”.

Trata-se da estrutura básica da solidariedade numa sociedade complexa: o sofredor não é conhecido, nem a ajuda pode ser local; ela deve se dar na forma de uma palavra pública dirigida a outros não-sofredores convidando-os a se mobilizarem para evitar ou reduzir este sofrimento. (VAZ et al, 2006, p. 4)

É a partir dos anos 1990, mas mais marcadamente a partir dos anos 2000, que ocorre uma crise da política de piedade e dá-se início a uma mudança tanto nos tipos de eventos noticiáveis, quanto na estrutura narrativa acionada para construir causas públicas (VAZ et al, 2012). Surge, então, a política da vítima virtual, que é a concepção de política do medo contemporânea no entendimento de Vaz et al (2012).

Nessa mudança de paradigma da política da piedade para a política da vítima virtual começam a aparecer com mais ênfase a vida das vítimas, inclusive sua vida íntima. Nas notícias sobre crime, o destaque passa a ser dado às matérias que caracterizam a cidade em termos de áreas de risco: sequestros-relâmpago, balas perdidas, trocas de tiros entre policiais e bandidos ou entre traficantes de facções rivais. (VAZ et al, 2012).

Na concepção da política do medo contemporâneo, o endereçamento da audiência como vítima virtual “decorre da maneira como os meios de comunicação selecionam, narram e destacam crimes ocorridos no interior da rotina de muitos e que envolvem danos físicos e seleção aleatória de vítimas” (VAZ et al, 2006, p. 4). A mudança de paradigma ocorre em três sentidos principais.

Primeiro, fica evidenciado nas narrativas que determinado evento poderia acontecer com qualquer indivíduo da sociedade (vítimas virtuais). Neste sentido, explicam Vaz et al (2006) que

(...) muitos moradores de classe média da cidade do Rio de Janeiro, ao lerem as notícias quase diárias sobre tiroteio numa das vias expressas da



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

cidade, se percebem endereçados como vítimas virtuais destes crimes. O aleatório e o rotineiro permitem que os indivíduos tragam a possibilidade do acontecimento para suas vidas. A diferença com o atentado é a frequência de matérias sobre tiroteios, balas perdidas, latrocínios, etc; a reiteração incorpora ao cotidiano a possibilidade de vitimização. (VAZ et al, 2006, p. 4)

Em segundo lugar, as narrativas apontam a ideia de que os eventos podem vir a ocorrer novamente se alguma medida não for tomada (medo do futuro, risco futuro). Neste caso, “a vítima virtual se aparenta à figura do portador, que também deve modificar seus hábitos tendo em vista a probabilidade de sofrimento futuro” (VAZ et al, 2006, p. 6). E, terceiro, que o evento e o sofrimento poderiam ter sido evitados por alguma razão aleatória, ou, ainda, “a vítima virtual restringe seus prazeres porque foi exposta involuntariamente ao risco por decisões alheias – dos criminosos e do Estado incapaz” (VAZ et al, 2006, p. 6). Em geral, na política da vítima virtual, os eventos se prestam facilmente à generalização do sentimento de vulnerabilidade, da urgência e estabelecem, por retrospectiva ou antecipação, a responsabilidade individual por sua ocorrência. (VAZ et al, 2012).

Em resumo, a mudança de paradigma da solidariedade à vítima virtual estabelece uma passagem da piedade ao risco, concretizada pela emergência da vítima virtual e pelo predomínio de um novo ideal de justiça social, que é “o direito à rotina segura e feliz” (VAZ et al, 2012, p. 30). Para garantir a rotina segura e feliz, a vítima virtual não assume qualquer responsabilidade pelo sofrimento do outro, pois o que a preocupa é o seu futuro e o de seus próximos (VAZ et al, 2006). O outro (o criminoso, o bandido) é visto como um fator de risco pelas vítimas virtuais.

(...) o ponto de vista privilegiado na narração do crime é o da vítima. A partir dessa forma de aparecimento do sofrimento do crime na mídia, o que se solidifica é o sofrimento evitável tal como é concebido pelo populismo conservador: se houvesse mais polícia, se as leis fossem mais rigorosas e se as prisões contivessem os prisioneiros, o sofrimento seria evitado (VAZ, 2006b, p. 76).



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

Ocorre que “ao comunicar o risco o que de fato você está fazendo é produzindo subjetividade” (VAZ, 2019, p. 88) e, a partir de recortes de realidade, justificando e validando a adoção de todas as medidas possíveis para conter àqueles responsáveis pela sua infelicidade e insegurança. Sob o amparo da imparcialidade, muitas vezes isso não fica esclarecido ao telespectador. É como se o recorte da realidade fosse a única verdade possível. Ainda, a ilusão de verdade é mais bem transmitida nos telejornais, pois “ao ver as cenas do acontecimento o receptor rejeita a tese de manipulação pelo fato de 'ter testemunhado com seus próprios olhos' o ocorrido” (MARCONDES FILHO, 1989, p 52)

Ou seja, “o discurso que se proclama imparcial e comprometido com a apuração rigorosa dos fatos manifesta o desejo de ser aceito pela comunidade de leitores [ou telespectadores, acrescentamos] como discurso de verdade” (NAVARRO, 2010, p.85). E o “discurso de verdade é aquele que, ilusoriamente, se estabelece como um lugar de completude de sentidos” (NAVARRO, 2010, p. 84). Em linhas gerais, podemos dizer que os fatos não falam por si, ou seja, é na narração, a partir de um jogo de forças e de poder, que o compartilhamento é ou não potencializado (RESENDE, 2011). Ademais, nesta perspectiva, encontra-se a importância de compreender as notícias e as reportagens não como formas narrativas do jornalismo, mas sim como um modo característico, dentre tantos outros existentes, de conformar narrativas (LEAL, 2013).

Vislumbra-se, para fins de trabalhos futuros, que os efeitos de sentidos causados pelas narrativas do medo no âmbito da segurança pública, que nem sempre condizem com uma verdade, podem impactar diretamente em decisões governamentais sobre as temáticas da violência e criminalidade. Por isso, a necessidade de uma abordagem crítica da atividade noticiosa é essencial, pois cada vez mais torna-se perceptível que “possui seus próprios



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

interesses e os impõe mesmo frente a temas socialmente delicados e de graves consequências humanas” (SILVEIRA e GUIMARÃES, 2016, p. 8).

Referências

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 09 ago. de 2022.

LEAL, Bruno. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto (orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25-48.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. São Paulo: Editor Ática, 1989.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton e GASPART, Nádea (orgs.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

RESENDE, F. A. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: Gislene Silva; Dimas Künsch; Christa Berger; Afonso Albuquerque. (Org.). **Jornalismo Contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas**. 1 ed. Salvador: Edufba, 2011.

SILVEIRA, Ada C. Machado; GUIMARAES, Isabel Padilha. Apresentação. Cobertura Jornalística: entre noticiabilidade e ambivalência. In: SILVEIRA, Ada C. Machado; GUIMARAES, Isabel Padilha (org.). **Conexões (Trans)Fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016.

VAZ, Paulo R. O risco e a construção de subjetividades crônicas e punitivas na contemporaneidade. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, p. 87-99, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1761>. Acesso em: 09 ago. de 2022.

VAZ, Paulo R.; CARDOSO, Janine Miranda; FELIX, Carla Baiense. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas. **Revista Contracampo**, nº 25., dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17269#:~:text=A%20base%20emp%C3%ADrica%20re%C3%BAne%20mat%C3%A9rias,como%20pol%C3%ADtica%20da%20v%C3%ADtima%20virtual>. Acesso em: 09 ago. de 2022.



Anais de Resumos Expandidos

V Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

ISSN 2675-4169

Vol. 1, N. 5 (2022)

VAZ, Paulo; CARVALHO, Carolina Sá ; POMBO, Mariana Ferreira . A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. Revista FAMECOS, v. 30, p. 71-80, 2006b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3377>. Acesso em: 09 ago. de 2022.

VAZ, Paulo; CAVALCANTI, Mariana; JULIÃO, Luciana; CARVALHO, Carolina Sá. Pobreza e risco: a imagem da favela no noticiário de crime. In: André Lemos; Christa Berger; Marialva Barbosa. (Org.). Livro da XIV Compós - 2005: **Narrativas midiáticas contemporâneas**. 1ed. Porto Alegre: Sulina, 2006, v. 1, p. 111-127.